



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

ANEXO 4

ESTRUTURA TARIFÁRIA

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO
SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA MOGIANA**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO.
- 1.2. O modelo de cobrança prevê instalação de 19 (dezenove) PÓRTICOS, nas localizações dispostas no item 1.4.
- 1.3. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA passará a operar 9 (nove) PRAÇAS DE PEDÁGIO existentes no SISTEMA REMANESCENTE até que seja implantado o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, conforme disposto no ANEXO 20, quais sejam:

Código	Praça de Pedágio Existente	Rodovia	Cobrança	Sentido de Cobrança	Localização
P01	Jaguariúna	SP-340	Bidirecional	Ambos	122.80
P03	Estiva Gerbi	SP-340	Bidirecional	Ambos	192.18
P04	Casa Branca	SP-340	Bidirecional	Ambos	220.30
P05	Mococa	SP-340	Bidirecional	Ambos	253.40
P10	Espírito Santo do Pinhal	SP-342	Bidirecional	Ambos	192.10
P11	Águas da Prata	SP-342	Bidirecional	Ambos	240.20
P12	Aguai	SP-344	Bidirecional	Ambos	219.00
P13	S. J. Boa Vista	SP-344	Unidirecional	Norte	230.10
P16	Itobi	SP-350	Unidirecional	Norte	252.40

- 1.4. Conforme o estabelecido no ANEXO 20, a CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO nos termos e prazos ali delimitados, considerando os pórticos nas seguintes localizações:

Código	Rodovia	Localização	Cobrança	Longitude	Latitude
P01	SP-340	122.80	Bidirecional	-47.021725	-22.76557222
P02	SP-340	146.40	Bidirecional	-47.000435	-22.562931
P03	SP-340	192.18	Bidirecional	-46.993206	-22.158315
P04	SP-340	220.30	Bidirecional	-47.05213889	-21.91654444
P05	SP-340	253.40	Bidirecional	-47.04764722	-21.63968611
P06	SP-340	279.55	Bidirecional	-46.99615	-21.422575
P07	SP-107	26.69	Bidirecional	-47.00331389	-22.62020833
P08	SP-107	27.30	Bidirecional	-47,009076	-22,620790
P09	SP-133	1.00	Bidirecional	-47.32189167	-22.637225
P10	SP-342	192.10	Bidirecional	-46.83885278	-22.26839167
P11	SP-342	250.54	Bidirecional	-46.68447778	-21.848475

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

Código	Rodovia	Localização	Cobrança	Longitude	Latitude
P12	SP-344	219.00	Bidirecional	-46.853419	-22.015108
P13	SP-344	230.10	Bidirecional	-46.86966944	-21.88398333
P14	SP-215	41.06	Bidirecional	-46.98516389	-21.81339444
P15	SP-350	246.55	Bidirecional	-46.98416667	-21.74451389
P16	SP-350	252.40	Bidirecional	-46.944281	-21.702810
P17	SP-338	291.55	Bidirecional	-47.20724167	-21.39926111
P18	SP-333	20.40	Bidirecional	-47.48186667	-21.29234167
P19	SP-350	295.95	Bidirecional	-46.72476111	-21.39795556

- 1.5. Até que o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE seja implantado, as diretrizes em relação à operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO devem observar o disposto neste ANEXO.
- 1.6. As diretrizes relacionadas à implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, como prazos de implantação, processo de CONVERSÃO, pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO estão previstas no ANEXO 20.

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO NAS PRAÇAS DE PEDÁGIO

- 2.1. O sistema operacional de arrecadação nas PRAÇAS DE PEDÁGIO será composto de cabines para pagamento manual e automático, com controle e contagem dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

3. SISTEMA DE PEDÁGIO

3.1. Modelo de Pedagiamento

- 3.1.1. O modelo de pedagiamento do SISTEMA RODOVIÁRIO prevê a operação de PRAÇAS DE PEDÁGIO nos trechos e localizações especificados neste ANEXO, bem como a CONVERSÃO e implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20.
- 3.1.2. O USUÁRIO pagará uma TARIFA DE PEDÁGIO, conforme regramento deste ANEXO.
- 3.1.3. A cobrança será realizada nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS que compõem o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20.
- 3.1.4. As TARIFAS DE PEDÁGIO serão calculadas utilizando-se o multiplicador relacionado à categoria dos veículos e a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO.
- 3.1.4.1. Para o SISTEMA REMANESCENTE, até a CONVERSÃO, a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO será aquela apresentada no item 4.4.1.
- 3.1.4.2. No SISTEMA EXISTENTE e após a CONVERSÃO no SISTEMA REMANESCENTE, a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO deverá ser calculada conforme discriminado na Fórmula 1.A deste ANEXO, considerando a aplicação da TARIFA QUILOMÉTRICA aplicável e o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO (TCP).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

3.1.5.A TARIFA DE PEDÁGIO, utilizando-se as cabines de cobrança automática nas PRAÇAS DE PEDÁGIO ou quando realizada a cobrança de maneira automática no momento da passagem pelos PÓRTICOS, deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação ao valor acima indicado, sem prejuízo da aplicação adicional do DUF.

3.1.6.O USUÁRIO do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE que não realizar o pagamento automático quando da passagem pelo PÓRTICO e realizar o pagamento via PLATAFORMA, nos termos do ANEXO 20, não terá direito ao desconto mínimo de 5% (cinco por cento) disposto acima.

3.2. Início de Operação Comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO existentes

3.2.1.O início da operação da(s) PRAÇA(S) DE PEDÁGIO existentes estará autorizado a partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

3.2.2.A CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO, seja nas PRAÇAS DE PEDÁGIO, seja nos PÓRTICOS, à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE D.

3.2.3.A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores provenientes da arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, sendo vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter em face do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.

3.3. Alterações Futuras

3.3.1.Após a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, a CONCESSIONÁRIA poderá propor o redimensionamento dos TCP e reposicionamento dos PÓRTICOS, conforme regramento do ANEXO 20.

3.3.2.Também poderá ser proposto plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e, conforme o caso, do PODER CONCEDENTE, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

3.3.3.Os termos dos eventuais planos de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

3.3.4.O plano de tarifas variáveis ou dinâmicas poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as TARIFAS DE PEDÁGIO para diferentes CATEGORIAS, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

3.3.5.A avaliação de eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de planos de

tarifas variáveis ou dinâmicas levará em conta o volume de veículos por eixos equivalentes e o valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, fixada para CATEGORIA 1.

4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

4.1. Modelo de Pedagiamento

4.1.1. O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá à cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS, conforme o caso, nos trechos e nas localizações indicadas neste ANEXO e no ANEXO 20, sem prejuízo do disposto no item 3 acima.

4.2. TARIFA QUILOMÉTRICA

4.2.1. As TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO são definidas, para o SISTEMA REMANESCENTE após a CONVERSÃO, e para o SISTEMA EXISTENTE, tendo como referência uma TARIFA QUILOMÉTRICA base definida para o mês de abril/2025 cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira e têm como valor de referência o equivalente a R\$ 0,1567/km, bidirecional, para pista simples.

4.3. Requalificação Tarifária

4.3.1. A Requalificação Tarifária ocorrerá:

4.3.1.1. Após a finalização das obras de duplicação, cenário em que a CONCESSIONÁRIA passará a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA com um incremento de 40% para o trecho em que tiverem sido concluídas as obras de duplicação;

4.3.1.2. Após a finalização da implantação de faixas adicionais em pistas simples, momento em que a CONCESSIONÁRIA passará a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA com um incremento de 10%;

4.3.1.3. Após a finalização da implantação de faixas adicionais em pista dupla, momento em que a CONCESSIONÁRIA passará a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA com um incremento de 61%;

4.3.1.4. Consideram-se concluídos os investimentos previstos nos itens do ANEXO 21, individualmente.

4.3.2. A Requalificação Tarifária, em qualquer de suas modalidades, apenas ocorrerá com a expressa anuência da ARTESP, necessariamente após a competente vistoria, que atestará, conforme o caso e de acordo com o item 9 do APÊNDICE H, a conclusão das duplicações e das faixas adicionais, conforme cada um dos itens, individualmente, do ANEXO 21, bem como as condições de segurança da via para o tráfego seguro dos USUÁRIOS.

4.3.3. Considera-se segura a liberação do tráfego ao USUÁRIO somente quando implantados todos os dispositivos, equipamentos, Obras de Arte Especiais e sistemas que compõem o

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

trecho duplicado ou as faixas adicionais, que sejam essenciais à entrada em operação em segurança, ainda que a integralidade dos investimentos exigíveis para a Requalificação Tarifária não tenha sido concluída.

4.3.3.1. A constatação pela ARTESP de “não conformidades” que não representem risco à liberação segura ao tráfego da via não impedirá a Requalificação Tarifária.

4.3.3.2. Na hipótese do item 4.3.3.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar as devidas correções em até 30 (trinta) dias após a liberação segura ao tráfego, prorrogáveis a critério da ARTESP, sob pena de aplicação das penalidades dispostas no ANEXO 11.

4.3.4. Não obstante o disposto acima, em qualquer caso, caso haja autorização da ARTESP para liberação do tráfego seguro nas vias duplicadas ou nas faixas adicionais, a Requalificação Tarifária será aplicável.

4.4. TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO

4.4.1. Para o SISTEMA REMANESCENTE, a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO das PRAÇAS DE PEDÁGIO, e para os PÓRTICOS P10, P11 E P13, do 13º mês até o 24º mês, conforme o ANEXO 20, serão as seguintes, considerando a data-base como a data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL:

Praça de Pedágio	Tarifa
Jaguariúna	12,55
Estiva Gerbi	7,80
Casa Branca	8,15
Mococa	8,10
Espírito Santo do Pinhal	10,45
Águas da Prata	4,60
Aguaí	6,30
São João da Boa Vista	7,40
Itobi	10,75

4.4.2. Para todos os PÓRTICOS do SISTEMA REMANESCENTE, a partir do 25º mês, e para o SISTEMA EXISTENTE, considerando os prazos do item 2.6 do ANEXO 20, a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO será calculada utilizando-se a Fórmula 1.A:

FÓRMULA 1.A:

$$TBP_t = TQ_t \times TCP_{s,t} + 1,1 \times TQ_t \times TCP_{sFA,t} + 1,4 \times TQ_t \times TCP_{d,t} + 1,61 \times TQ_t \times TCP_{dFA,t}$$

Onde,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

TBP_t é a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, a ser cobrada no ano “t” após a CONVERSÃO.

TQ_t é a TARIFA QUILOMÉTRICA de pedágio descrita no item 4.2 e atualizada conforme o item 4.6.

$TCP_{s,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista simples no ano “t,” conforme o item 4.4.3.

$TCP_{sFA,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista simples com intervenção de faixa adicional no ano “t,” conforme o item 4.4.3.

$TCP_{d,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista dupla no ano “t,” conforme o item 4.4.3.

$TCP_{dFA,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista dupla com intervenção de faixa adicional no ano “t,” conforme o item 4.4.3.

O TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO a ser utilizado na Fórmula 1.A está apresentado a seguir para cada PÓRTICO do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE:

Pórtico	Rodovia	km início	km fim	Extensão	Início da Concessão		Fim da Concessão			
					Pista Simples	Pista Dupla	Pista Simples	Implantação de Faixa Adicional em pista simples	Pista Dupla	Implantação de Faixa Adicional em Pista dupla
P01	SP340	114.10	148.00	33.90	-	33.90	-	-	-	33.90
P02	SP340	148.00	170.80	22.80	-	22.80	-	-	-	22.80
P03	SP340	170.80	206.00	35.20	-	35.20	-	-	35.20	-
P04	SP340	206.00	242.78	36.78	-	36.78	-	-	36.78	-
P05	SP340	242.78	266.96	24.18	-	24.18	-	-	24.18	-
P06	SP340	266.96	279.609	12.649	1.509	11.14	-	-	12.649	-
P07	SP107	18.45	26.80	8.35	8.35	-	-	-	8.35	-
P08	SP107	26.80	43.80	17	17	-	-	-	17	-
P09	SP133	0.50	15.10	14.6	14.6	-	-	-	14.6	-
P10	SP342	171.50	225.80	54.3	25.5	28.8	-	-	54.3	-
P11	SP342	225.80	251.15	25.35	15.95	9.4	-	-	20.95	-
	Contorno de Águas da Prata	0.00	9.30	9.30	-	-	-	-	9.30	-
P12	SP344	200.70	223.90	23.2	-	23.2	-	-	23.2	-
	SP 225	0	6.50	6.5	4.45	2.05	4.45	-	2.05	-
P13	SP344	223.9	241.6	17.7	17.7	-	-	-	17.7	-
P14	SP215	29.6	49.84	20.24	20.24	-	-	-	20.24	-
P15	SP350	238.41	247.9	9.49	9.49	-	-	-	9.49	-
P16	SP350	247.9	272.1	24.2	24.2	-	-	-	24.2	-
P17	SP338	268.3	310.96	42.66	42.66	-	-	-	42.66	-
P18	SP333	0	20.4	20.4	20.4	0	-	-	20.4	-
P19	SP350	272.1	296.7	24.6	24.6	-	-	24.6	-	-

Observações:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- i. Os ACESSOS não são considerados na composição dos TRECHOS DE COBERTURA DE PEDÁGIO.
- ii. Os PÓRTICOS não poderão ser reposicionados sem a aprovação da ARTESP.
- iii. A CONCESSIONÁRIA poderá propor alteração dos TCPs, inclusão de novos PÓRTICOS ou o reposicionamento dos PÓRTICOS fora do intervalo previsto acima, conforme prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao USUÁRIO e do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 3. Os termos dos eventuais reposicionamentos, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.
- iv. O contorno de Águas da Prata passará a compor o TCP do P11 a partir da sua operação. A extensão a ser adicionada e excluída ao TCP do PÓRTICO P11 será aquela apresentada na tabela acima, independentemente da extensão efetiva da solução definida pela CONCESSIONÁRIA e aprovada pela ARTESP.

4.5. TARIFA DE PEDÁGIO

4.5.1.A RECEITA TARIFÁRIA BRUTA utilizada na composição da RECEITA BRUTA deverá considerar a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO do item 4.4.1 e/ou a TARIFA DE PEDÁGIO BÁSICA DE PEDÁGIO calculada utilizando os trechos de cobertura de pedágio do item 4.4.2 e a Fórmula 1.B a seguir, que resulta na TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada categoria.

FÓRMULA 1.B:

$$TP_t = TBP_t \times Multiplicador$$

Onde,

TP_t é a TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada categoria do item 4.5.2.

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria no item 4.5.2

4.5.2. A tabela a seguir categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

CATEGORIA	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

CATEGORIA	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR - ISENTO	-	-	0
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

Observações:

- Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente à dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.
- Sem prejuízo da Tarifa de pedágio calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional equivalente a 2 (duas) vezes a tarifa de pedágio, por tonelada acima de 57 (cinquenta e sete) toneladas do peso total do veículo, excluídos os veículos denominados “rodotrem” ou “treminhão”, enquadrados na Resolução 631-84 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ou outra que a substitua, desde que atendam aos limites legais de carga por eixo.
- O cálculo da TARIFA DE PEDÁGIO para veículos com mais de 6 (seis) eixos deverá considerar como multiplicador o número de eixos.
- Para fins de contagem do número de eixos, não deverão ser considerados os eixos que trafeguem sem contato com o solo, desde que os veículos circulem vazios, conforme critérios da Resolução Conjunta SPI/SEMIL nº 01/2023.

4.6. Validade e Atualização Tarifária

4.6.1. Preservação das TARIFAS e atualização monetária do CONTRATO

- Os valores das TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO, quando da aplicação do item 4.4.1, ou da TARIFA QUILOMÉTRICA, quando da aplicação do item 4.4.2, e o valor monetário do CONTRATO deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste ANEXO e no CONTRATO.
- Esses valores deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

FÓRMULA 2:

Para o primeiro ano contratual, a TARIFA QUILOMÉTRICA será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$TQ_0 = TQ_{abr/2025} \times \frac{IPCA_o}{IPCA_{abr/2025}}$$

Onde,

TQ_0 é a TARIFA QUILOMÉTRICA no primeiro ano contratual.

$TQ_{abr/2025}$ é a TARIFA QUILOMÉTRICA base em abril/2025, conforme disposto no item 4.2.

$IPCA_o$ é o número índice¹ do IPCA do segundo mês anterior à DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

$IPCA_{abr/2025}$ é o número índice¹ do IPCA referente a abril/2025.

FÓRMULA 3:

A TARIFA QUILOMÉTRICA e a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO apresentada no item 4.4.1 serão reajustadas por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado a partir do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TQ_t = TQ_{abr/2025} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{abr/2025}}$$

Onde,

TQ_t é a TARIFA QUILOMÉTRICA de pedágio no ano contratual “t”.

$TQ_{abr/2025}$ é a TARIFA QUILOMÉTRICA base em abril/2025, conforme disposto no item 4.2.

$IPCA_t$ é o número índice¹ do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual “t”.

$IPCA_{abr/2025}$ é o número índice¹ do IPCA referente a abril/2025.

4.7. Incidência de Coeficiente de Desempenho dos Serviços Prestados

4.7.1.A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA deverá considerar a TARIFA DEVIDA, que será calculada de acordo com a Fórmula 4 deste ANEXO. No primeiro ano contratual, a TARIFA DEVIDA será igual à TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO do item 4.4.1.

4.7.2.A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA à CONCESSIONÁRIA levará em consideração a incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3.

FÓRMULA 4:

$$TBDP_t = (0,90 + 0,10 \times IQD) \times TBP_t$$

¹ Dezembro de 93 = 100

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

$$TDP_t = TBDP_t \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

$TBDP_t$ é a TARIFA BÁSICA DEVIDA, reajustada para o ano t do CONTRATO, com duas casas decimais.

TBP_t é a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO no ano t.

IQD é o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3 no ano t.

TDP_t é a TARIFA DEVIDA no ano t, para cada categoria conforme disposto no item 4.5.2.

4.7.3.Os valores pagos pelos USUÁRIOS a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, deverão ser depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA. O processamento dos recursos transitados pela CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE D.

4.7.4.A aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, visando a comprovar que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO.

4.7.5.A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação dos valores referentes ao IQD para o respectivo ano contratual. Diante de eventual confirmação de que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO, passará a ser aplicado o IQD correto, assegurada a compensação retroativa dos descontos aplicados.

4.8. Saldo em Favor da Concessão

4.8.1.O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde:

$SRPC_d$ é o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO calculado no dia d.

RTB é a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, conforme disposto no item 4.7.

RTD é a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, conforme disposto no item 4.9.

4.8.2.O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO deverá ser apurado na forma que restar definido, conforme disposto no APÊNDICE D, e o valor resultante transferido, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D.

4.8.3.Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias, serão apurados, pela CONCESSIONÁRIA,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

os valores finais de SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO. Caso haja diferença entre os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO final calculado para o mesmo ano:

- i. se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor excedente para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA; e
- ii. se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

4.9. Aprovação das Tarifas

4.9.1. Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO do item 4.4.1 ou da TARIFA QUILOMÉTRICA e da TARIFA DEVIDA serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência.

4.9.2. No caso de atraso na requalificação ou reajuste tarifários, a recomposição do equilíbrio do CONTRATO será realizada preferencialmente mediante utilização de recursos disponíveis na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

4.10. Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

4.10.1. Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA.

4.11. Isenções, privilégios tarifários, promoções e descontos

4.11.1. Desconto de Usuário Frequente

4.11.2. Os USUÁRIOS que optarem pelo uso das cabines de cobrança automática nas PRAÇAS DE PEDÁGIO ou que tiverem cobrança de maneira automática no momento da passagem pelos PÓRTICOS, e trafegarem em veículos da Categoria 1,7 e 8 no SISTEMA RODOVIÁRIO terão direito ao DESCONTO DO USUÁRIO FREQUENTE, de acordo com a quantidade de passagens realizadas no mesmo PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário.

4.11.3. O DESCONTO DO USUÁRIO FREQUENTE incidirá sobre a TARIFA DE PEDÁGIO de cada PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO da seguinte forma:

- (i) A partir da 11ª passagem no mesmo PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário será aplicado um desconto de 10% (dez por cento).
- (ii) A partir da 21ª passagem no mesmo PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário será aplicado um desconto de 20% (vinte por cento).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 4.11.4. O DESCONTO DO USUÁRIO FREQUENTE será aplicável a todos os PÓRTICOS ou PRAÇA DE PEDÁGIO até o fim da vigência do CONTRATO.
- 4.11.5. O USUÁRIO do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE que não optar pelo uso das cabines de cobrança automática nas PRAÇAS DE PEDÁGIO ou que não tiver cobrança de maneira automática no momento da passagem pelos PÓRTICOS e realizar o pagamento via PLATAFORMA, nos termos do ANEXO 20, não terá direito ao benefício do DUF.
- 4.11.6. A CONCESSIONÁRIA deverá apurar, durante o prazo da CONCESSÃO, a perda de receita decorrente do DUF, que consiste no somatório da diferença entre (i) os valores que seriam auferidos pela CONCESSIONÁRIA por meio da cobrança dos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF da tarifa aplicável aos USUÁRIOS que optarem pelo uso das cabines de cobrança automática nas PRAÇAS DE PEDÁGIO ou que tiverem cobrança de maneira automática no momento da passagem pelos PÓRTICOS, para veículos da Categoria 1,7 e 8 e (ii) os valores efetivamente auferidos de Tarifas pagas pelos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF.
- 4.11.7. Para fins de cálculo da perda de receita decorrente da incidência do DUF, considera-se a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, e não a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA.
- 4.11.8. Até o 5º dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar o DUF acumulado no mês anterior e enviar os relatórios e demonstrativos pertinentes à ARTESP.
- 4.11.9. Trimestralmente, a ARTESP deverá consolidar os valores relativos à perda de receita, para fins de pagamento da COMPENSAÇÃO DUF.
- 4.11.10. A COMPENSAÇÃO DUF será paga nos termos do APÊNDICE D.

4.12. Isenções

- 4.12.1. Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de TARIFA DE PEDÁGIO os veículos:
- i. de propriedade do PODER CONCEDENTE e da ARTESP;
 - ii. de uso do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
 - iii. de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
 - iv. das forças militares, quando em instrução ou manobra;
 - v. que se enquadrem na categoria de motocicleta, motoneta e bicicleta a motor;
 - vi. de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos (GCTI), do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada; e

4.12.2. Os veículos operacionais da CONCESSIONÁRIA, quando trafegando no SISTEMA RODOVIÁRIO, não serão sujeitos ao pagamento de TARIFA.

4.12.2.1. A regra prevista no item acima não se estende aos trechos operados pelas demais concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo.

4.12.3. Caberá à CONCESSIONÁRIA tomar as medidas necessárias para a implementação das isenções no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

4.13. Privilégios Tarifários Específicos

4.13.1. É vedado à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto se (i) no cumprimento de lei, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ou (ii) previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de Plano de Tarifas Variáveis.

4.14. Promoções e Descontos

4.14.1. A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionado a Plano de Tarifa Variável, sem que isso possa gerar qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo das Fórmulas 4 e 5 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

5. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

5.1. A TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO nas cabines manuais das PRAÇAS DE PEDÁGIO será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- i. quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- ii. quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

5.2. Para a definição das TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO das cabines automáticas e do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não deve ser efetuado nenhum arredondamento.

6. CONTROLE E OPERAÇÃO DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO

6.1. Responsabilidades da Concessionária

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

6.1. A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de Pedágio e operação de tráfego na área das PRAÇAS DE PEDÁGIO, cabendo-lhe:

- i. Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS e das pistas de rolamento com cobrança automática, realizando a sinalização nos termos da regulamentação aplicável;
- ii. Sinalizar as pistas;
- iii. Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;
- iv. Fiscalizar a arrecadação;
- v. Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;
- vi. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- vii. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- viii. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos, adotando os meios e recursos que considere apropriados para tal;
- ix. Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;
- x. Prestar atendimento ao USUÁRIO;
- xi. Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;
- xii. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas PRAÇAS DE PEDÁGIOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:
 - a. Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;
 - b. Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de pedágio e informação do registro físico de tráfego;
 - c. Registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio;
- xiii. Permitir a integração das informações com o CCI da ARTESP, conforme os termos estabelecidos no EDITAL e nos ANEXOS.

6.2. Normas Operacionais

6.1.1.A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito do PROGRAMA INTENSIVO INICIAL, apresentar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do USUÁRIO no momento do pagamento, acidentes e outros.